

Um 'trem' sai dos trilhos

Senador frustra efetivação irregular de funcionários da Casa às vésperas do recesso

BRASÍLIA — Um novo "trem da alegria" no Senado descarriou ontem, no apagar das luzes da sessão legislativa deste ano. Segundo o Senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), a Comissão Diretora da Casa aprovou durante a manhã, às vésperas do recesso parlamentar, o ingresso no quadro permanente do Senado de 288 pessoas, sem concurso público. O "trem" terá de ser submetido ao plenário da Casa, por decisão do Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB).

O ato visa a integrar ao quadro permanente secretários parlamentares e assessores técnicos, cujos salários variam de CZ\$ 650 mil a CZ\$ 1,5 milhão, contratados pela CLT para funções de confiança. Sua aprovação foi obtida na Comissão Diretora graças aos Senadores Odacir Soares (PFL-RO), João Castelo (PDS-MA) e Lourival Batista (PFL-SE).

Foram contra a proposta o próprio Jutahy e o Senador Wilson Martins (PMDB-MS). Segundo um parlamentar, Odacir Soares teria chegado à reunião munido de pareceres de juristas famosos respaldando o enquadramento. Jutahy denunciou o "trem" no plenário:

— Quando indicamos esses funcionários para os nossos gabinetes, sabíamos que sua contratação era relativa aos nossos oito anos de mandato. Não podemos, agora, fazer com que esses servidores de nossa confiança venham a atingir o quadro permanente.

No entanto, o Senador recusou-se a autorizar o Diretor Geral do Senado, Passos Porto, a fornecer à imprensa dados sobre a medida. Também não permitiu a divulgação dos salários dos beneficiados.

O Terceiro-Secretário da Mesa, Senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), lamentou que a decisão tenha sido tomada justamente "por esta Comissão Diretora, que teve,

como um de seus primeiros atos, proibir qualquer contratação sem concurso público". Ele teme que os beneficiados recorram à Justiça, mesmo sendo inconstitucional o enquadramento:

— No nosso país, há muitos "jeitinhos". Alguém munido da ata da reunião da Comissão Diretora poderá alegar que a incorporação já está decidida.

Para alguns Senadores, a medida é especialmente ruim para a imagem do Legislativo perante a opinião pública, já que ocorre durante o período de inscrições para um concurso público destinado a preencher 35 vagas de tradutores, bibliotecários, enfermeiros e jornalistas para o Senado — um passo que encerraria uma trajetória de "trens da alegria".

Argumentam também que o ato não é coerente com os princípios do projeto da própria Comissão Diretora e com o substitutivo do Senador Jutahy Magalhães para que a freqüência dos servidores — que têm de cumprir uma jornada semanal de 40 horas — seja registrada em ponto.

O plenário adiou na noite de ontem, pela quarta vez consecutiva, a votação dos dois projetos. Graças a um requerimento do Senador João Menezes (PFL-PA), a votação foi adiada por dois dias. Na prática, isso significa que qualquer possibilidade de deliberação sobre a matéria só será possível após 15 de fevereiro, com o fim do recesso parlamentar, já que hoje termina o esforço concentrado do Legislativo.

Até o dia 23, quando oficialmente os trabalhos serão encerrados, são remotas as chances de quorum para qualquer votação. Entre os que mais têm se empenhado para o adiamento da decisão estão os Senadores Mário Maia (PDT-AC), Áureo Melo (PMDB-AM) e Jarbas Passarinho (PDS-PA), Líder do partido.